Alimentação, saúde e bem-estar:
retratos das condições de vida dos estudantes das escolas rurais do Brasil

Food, health and well-being:
a profile of the living conditions of pupils in rural schools in Brazil

Chaíane Trindade Martins
Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, Rio Grande do Sul (RS), Brasil
Sibele Vasconcelos de Oliveira
Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, Rio Grande do Sul (RS), Brasil
Rita Inês Paetzhold Pauli
Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, Rio Grande do Sul (RS), Brasil

GT10. Abastecimento, segurança alimentar e nutricional e dinâmicas de consumo

Resumo: No Brasil, as desigualdades educacionais estão historicamente constituídas, manifestando-se através de díspares infraestruturas escolares, recursos pedagógicos e desempenhos em termos de aprendizado. Estudos indicam que existem multas educacionais impostas aos estudantes da zona rural (Cruz; Moura; Esperidião, 2024). Neste sentido, o presente estudo busca analisar as condições socioeconômicas, alimentares e de saúde dos estudantes rurais das diferentes regiões do Brasil. Para tanto, foram explorados os microdados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2019. Com base no método Alkire-Foster, estimou-se um índice multidimensional de privação ao bem-estar (IMB-E), que revelou que em escolas das áreas rurais da Região Norte do Brasil, especificamente nos estados de Roraima, Amazonas e Acre, apresentam maior incidência ajustada para a ausência de bem-estar aos escolares. Os estados que obtiveram menor incidência ajustada foram Rondônia, Bahia e Minas Gerais. Do mesmo modo, a fim de possibilitar uma comparação secundária, foi utilizado o método Alkire-Foster aos escolares em situação censitária urbana. Os resultados evidenciam maiores privações em bem-estar nos estados do Ceará, Rio de Janeiro e Alagoas.
Palavras-chave: educação, saúde, padrão alimentar, saúde pública.

Abstract: In Brazil, educational inequalities are historically entrenched, manifesting themselves through disparate school infrastructures, pedagogical resources, and learning performance. Studies indicate that educational disadvantages are imposed on students in rural areas (Cruz; Moura; Esperidião, 2024). In this sense, the present study seeks to analyze the socioeconomic, food, and health conditions of rural students from different regions of Brazil. To this end, microdata from the 2019 National School Health Survey (PeNSE) were explored. Based on the Alkire-Foster method, a multidimensional well-being index (IMB-E) was estimated, revealing that schools in rural areas of the North Region of Brazil, specifically in the states of Roraima, Amazonas and Acre, show a higher adjusted incidence of the absence of well-being among students. The states with the lowest adjusted incidence were Rondônia, also in North Region, Bahia in the Northeast Region, and Minas Gerais in the Southeast Region. Similarly, in order to allow for a secondary comparison; the Alkire-Foster method was used with students in urban census situations, the results show a high adjusted incidence of lack of well-being in the states of Ceará, Rio de Janeiro and Alagoas; the lowest incidences were in Minas Gerais, Rondônia and Tocantins.
Keywords: education, health, dietary patterns, public health.

1. Introdução

O Brasil tem apresentado avanços sociais consideráveis nos últimos anos, sendo possível destacar a saída do país do Mapa da Fome (2025) e a queda do número de pessoas em condição de miséria (2021-2024). A desigualdade de renda alcançou o menor índice desde o início de seu registro em 2012. Em 2024, o Índice de Gini foi de 0,504. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do Brasil, entre os anos de 2023 e 2024, 8,6

milhões de pessoas saíram da pobreza e 1,9 milhão deixaram a pobreza extrema. Contudo, é mister assumir que, dentre o grupo de mais vulneráveis, estão as crianças e adolescentes de 0 a 14 anos de idade, em que 5,6% eram extremamente pobres e 39,7% eram pobres em 2024 (Brasil, 2025).

Ao elevado número de crianças e adolescentes em condição de privação social, somam-se as disparidades educacionais e urbano-rurais, que são manifestações das desigualdades sociais e dois dos mais graves problemas da sociedade brasileira. Ambas são condicionadas pela estrutura socioeconômica do país, que leva 23,1 milhões de brasileiros à condição de pobreza (aproximadamente 49 milhões de pessoas) (Garcia; Hillesheim, 2017; Brasil, 2025).

Sobre as desigualdades educacionais, cabe mencionar a aplicação de testes para os estudantes matriculados no 5º ano do Ensino Fundamental, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no ano de 2019, que mostrou diferenças de desempenho educacional em termos territoriais no Brasil. Conforme compilado por Cruz, Moura e Espiridião (2024), o desempenho médio na nota matemática em áreas urbanas foi de 230,9 pontos e a média de estudantes da área rural foi 203,1. A média geral nacional foi de 227,9.

Andrade e Rodrigues (2020) identificaram que as escolas do campo no Brasil têm infraestruturas precárias e muitos serviços básicos não são oferecidos aos estudantes, como o transporte escolar e o acesso à internet. Os problemas infraestruturais e o acesso limitado a recursos pedagógicos comprometem o trabalho dos profissionais da educação, de forma a impactar os processos de ensino-aprendizagem e as oportunidades socioeconômicas ofertadas aos jovens rurais do país.

Ainda que a maior parte das matrículas da educação básica no Brasil refere-se a escolas da área urbana, o contingente de estudantes de escolas da área rural é expressivo. Os dados do Censo Escolar de 2023 revelam que haviam aproximadamente 5,26 milhões de matrículas em escolas da área rural (11,12% do total de matrículas). Ademais, 11,1% das matrículas da educação infantil estão em escolas da zona rural, 13,3% das matrículas da pré-escola e 8,3% das matrículas em creches. Destaca-se o fato de que 96,7% das matrículas da zona rural são atendidas pela rede pública (Brasil, 2024).

Tendo em vista que os diferenciais no desempenho do aluno nas escolas em áreas rurais e urbanas são uma realidade brasileira, o presente estudo busca compreender especificidades das condições socioeconômicas, alimentares e de saúde dos estudantes rurais das diferentes regiões do Brasil. Para tanto, propõe-se explorar os microdados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2019. A PeNSE constitui-se de um dos mais importantes levantamentos

acerca das escolas públicas e privadas, realizada pelo INEP para balizar a implementação de políticas públicas no campo da saúde e educação (Brasil, 2026).

Em particular, a presente pesquisa vale-se do método Alkire-Foster para estimar um índice multidimensional de bem-estar (IMB-E) para os estudantes rurais do Brasil. Os resultados são desagregados por região do país, de forma a apresentar as especificidades territoriais e as demandas em termos de ações intersetoriais. O texto está organizado em cinco seções, incluindo esta introdução. A seguir, debate-se sobre como as privações sociais impactam as condições de bem-estar dos estudantes. Na seção metodológica, apresentam-se os procedimentos e as ferramentas de análise. A seguir, estão dispostos os resultados e as conclusões do estudo.

2. Privações sociais e as disparidades urbano-rural: um olhar sobre o Brasil

As desigualdades e privações sociais percebidas entre as áreas urbana e rural estão relacionadas ao processo de formação histórica e estrutural do Brasil, com destaque ao processo de formação das cidades, ao êxodo rural, dentre outras dinâmicas relacionadas à mudança da atividade produtiva de agrícola para as diversas atividades de produção industrial. No âmbito do capitalismo, a necessidade de qualificação da mão de obra e a centralização de capital no meio urbano contribuíram para as desigualdades urbano-rural, com o campo marcado pela produção agropecuária com população de baixo nível educacional (Marzulo et al., 2020). Dessa forma, apesar da relevância da produção agropecuária para o crescimento econômico do país, em área rural persiste a alta incidência de pobreza e concentração de renda (Bezerra et al., 2023).

Entretanto, no meio urbano também são percebidas grandes disparidades. Vieira et al. (2025) destacam que a transição urbana brasileira (embora promovendo o crescimento econômico e industrialização) ocorreu em um modelo urbano excludente, demarcado nas condições de vida da população, sobretudo em áreas de favelas. Característica da rápida e intensa urbanização brasileira, que em meio século se transformou de maioritariamente rural para ambiente urbano com concentrações regionais. Ressalta-se ainda que, estruturalmente, a industrialização brasileira não suprimiu as desigualdades regionais e, a ausência de um projeto político nacional consiste na causa explicativa mais relevante do não equacionamento das disparidades, sendo, portanto errôneo afirmar que seria decorrente da ausência de planos regionais (CANO, 1998).

Conforme a abordagem da privação das capacidades, a liberdade de uma pessoa deriva da possibilidade de obter diferentes combinações de realizações e liberdade de escolha. Nessa

perspectiva, a pobreza é a privação de oportunidade em acessar níveis aceitáveis de realizações para uma vida digna em sociedade, sendo uma abordagem necessariamente multidimensional (MDS, 2023). Daí deriva que a vulnerabilidade social é compreendida como a condição econômica de grupos de pessoas com restrições financeiras, moradia, educação e acesso a oportunidades para seu desenvolvimento pessoal. Sobretudo, as privações sociais estão diretamente ligadas a exclusão social, falta de oportunidade e representatividade na sociedade (Carmo et al., 2024).

Pereira e Castro (2019) analisam que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) possui indicadores em três dimensões: longevidade, educação e renda. Especificamente, o IDHM educação com base nas variáveis de escolaridade da população e fluxo escolar da população jovem na idade esperada para conclusão das etapas da educação básica; apresentou resultados muito baixo na área rural da maioria dos estados do Brasil, com exceção do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro que apresentaram classificação baixa do IDHM educação. Em relação ao meio urbano, vários estados apresentaram IDHM educação média, com exceção ao estado de Alagoas que apresentou um baixo índice, e os estados de São Paulo, Santa Catarina e Roraima apresentaram alto índice.

Uma perspectiva importante é a qualidade da educação brasileira como entrave ao desenvolvimento do país. Em especial, a educação enfrenta diferenças inter-regionais entre as Regiões Centro-Sul e Norte/Nordeste, mais claramente entre os meios rural e urbano (Pereira; Castro, 2019). Assim, são necessários esforços públicos na articulação de inclusão social, descentralização regional e sustentabilidade ambiental, para que seja possível o atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Vieira et al., 2025).

3. Metodologia

O presente estudo dedicou-se a estimar um índice multidimensional de privação ao bem-estar (IMB-E) dos escolares das áreas rurais do Brasil. O método Alkire-Foster (AF) desenvolvido por Sabina Alkire e James Foster, viabilizou a estimação do índice pelo método de contagem de privações, uma vez que considera diferentes aspectos que influenciam no modo de vida das pessoas (Alkire; Foster, 2011). Nesse estudo, o foco da análise foi os hábitos de vida e as condições socioeconômicas dos estudantes incluídos na Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2019.

Em termos metodológicos, o método Alkire-Foster permite realizar uma análise multidimensional sobre o estado de bem-estar do estudante, a partir de questões relacionadas a

questões alimentares e de saúde. O método é realizado em doze etapas (Alkire; Foster, 2011), sendo elas:

i. Escolha da unidade de análise: alunos respondentes da PeNSE 2019, separados conforme situação censitária de urbano e rural, para cada estado do Brasil e o Distrito Federal.

ii. Seleção das dimensões de análise: as dimensões foram denominadas como perfil do estudante, hábitos alimentares, atividade física e bem-estar; e sobre saúde.

iii. Seleção dos indicadores do estudo: foram incluídos vinte e cinco indicadores (d).

iv. Definição do critério de privações que condiciona o bem-estar para cada um dos indicadores: os critérios estão estabelecidos no quadro 1.

v. Identificação dos indivíduos que são multidimensionalmente privados: segundo o método AF (Alkire; Foster, 2011), os indivíduos que apresentem 30% ou mais dos indicadores como privados serão a amostra considerada privada de bem-estar multidimensional. A quantidade de privações é representada por "c".

vi. Verificação da proporção de indivíduos considerados privados.

vii. Especificação das quantidades de privações registradas para cada indivíduo da amostra.

viii. Restrição da base de dados: com a manipulação da base de dados de indivíduos considerados privados, omitindo os indivíduos não privados (Alkire; Foster, 2011).

ix. Cálculo da Incidência de Pobreza (H): caracterizada pela parcela de indivíduos que são multidimensionalmente pobres, obtidas pela razão:

$$H = \frac{nº\ de\ indivíduos\ privados}{nº\ de\ indivíduos\ total\ da\ amostra} \quad (1)$$

x. Estimar o Hiato Médio da Pobreza (A): corresponde ao número médio de privações, obtidos por (2), posteriormente é realizada a soma de todos os resultados de (2) para a amostra. E finalmente será obtido A por (3).

$$nº\ médio\ de\ privações = \frac{nº\ de\ privações}{nº\ total\ de\ indicadores} = \frac{c}{d} \quad (2)$$

$$A = \frac{\sum nº\ médio\ de\ privações}{nº\ de\ indivíduos\ privados} \quad (3)$$

xi. Cálculo da Incidência Ajustada (IMB-E): quanto mais próximo de 1 (100%), maior é a incidência de pobreza. Obtido pela multiplicação da incidência de pobreza (H) e do hiato médio da pobreza (A).

$$IMB - E = H * A \quad (4)$$

xii. Verificação de quais estados possuem maior incidência de privação de bem-estar dos escolares.

O Quadro 1 descreve as dimensões, os indicadores e a definição das condições dos critérios de privação para cada indicador considerado na estimação do Índice de Bem-Estar dos Estudantes. Considerando o método, estudantes que apresentarem igual ou mais de 30% de privação nos indicadores, serão considerados vulneráveis; ou seja, dos vinte e cinco indicadores, acima de oito indicadores privados serão incluídos na estatística do estudo.

Quadro 1: Dimensões de análise e critérios de privação.

Dimensões de análise	**Indicadores presentes na PeNSE**	**Critério de Privação para implementação do método Alkire-Foster**
Perfil do Estudante	Idade	Possui idade acima da faixa da educação básica (acima de 18 anos)
	Possui celular	Resposta negativa
	Possui computador ou notebook	Resposta negativa
	Possui acesso à internet	Resposta negativa
	Faltas pela insegurança no caminho entre casa e escola	Consumo acima de 3 dias no mês
	Qual percepção sobre seu corpo	Resposta insatisfeito
	Nível ensino da mãe	Até o ensino superior incompleto
Hábitos alimentares do estudante	Tomar café da manhã	Não possui o hábito ou menos que 4 dias na semana
	Almoço ou Jantar em família	Não possui o hábito ou menos que 4 dias na semana
	Refeições utilizando aparelhos eletrônicos	Possui o hábito ou mais que 4 dias na semana
	Consumo de biscoito salgada	Resposta afirmativa para o consumo
	Consumo de sobremesa industrializada	Resposta afirmativa para o consumo
	Consumo de carnes ultra processadas	Resposta afirmativa para o consumo
	Consumo de feijão	Não consumo ou inferior a 4 dias na semana
	Consumo de legumes que não seja batata ou aipim	Não consumo ou inferior a 4 dias na semana
	Consumo de guloseimas doces	Consumo acima de 4 dias na semana
	Consumo de frutas frescas	Não consumo ou inferior a 4 dias na semana
	Consumo de refrigerantes	Consumo acima de 4 dias na semana
	Consumo de *fast food*	Consumo acima de 4 dias na semana
	A escola oferece comida aos alunos	Resposta negativa para a oferta
Atividade Física e Bem-Estar	Pratica outra atividade física	Não pratica ou inferior a 3 dias na semana
	Alguma vez já fumou	Resposta afirmativa para o consumo
	Alguma vez consumiu bebida alcoólica	Resposta afirmativa para o consumo
Saúde	Estado de Saúde	Condições ruim de saúde
	Faltas em um ano na escola por problemas de saúde	Acima de 7 dias

Fonte: Elaboração com base nos dados da PeNSE (2019).

A PeNSE realizada em 2019 foi a quarta edição do levantamento nacional comandado pelo INEP, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério da Saúde. Também foram realizados levantamentos nos anos de 2009, 2012 e 2015. O primeiro inquérito nacional foi diretamente focado aos escolares em aspectos de sua vida, hábitos e cuidados, que podem converter-se em fatores de riscos e proteção à saúde. A edição de 2019 ampliou a amostra com aplicação para faixa etária dos 13 a 17 anos de idade de redes públicas e privadas, em área urbana e rural (IBGE, 2021). Atualmente, a PeNSE fornece

informações sobre fatores de risco e proteção à saúde dos estudantes, referenciando a implementação de políticas públicas no campo da saúde e educação.

O questionário do aluno de 2019 da PeNSE de 2019 contemplou dezenove questões de informações gerais; vinte e seis sobre hábitos alimentares; dez sobre atividade física; uso de cigarro em quatorze quesitos; bebidas alcoólicas (9); outras drogas (6); situações na escola e em caso com dez questões; sobre saúde mental (6); saúde sexual e reprodutiva (13); higiene e saúde bucal (6); segurança (24); uso de serviços de saúde (9); imagem corporal (6); e uma seção de opinião sobre o questionário da PeNSE (IBGE, 2021). O plano amostral foi uma amostra por conglomerados em dois estágios, primeiro as escolas selecionadas e no segundo estágio as turmas de alunos matriculados selecionados para compor a amostra (IBGE, 2021). A mesma estratégia foi mantida para a PeNSE 2024 (IBGE, 2026).

4. Análise dos Resultados

Os microdados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar de 2019 contemplaram a análise da realidade de 165.838 estudantes nas diferentes regiões do Brasil (IBGE, 2022). Após o tratamento dos indicadores selecionados para compor o índice multidimensional de privação de bem-estar (vide Quadro 1), e avaliação de seus respectivos critérios de privação, foi obtida amostra total de 103.626 estudantes com respostas válidas (não vazias). Do total, 4.832 estudantes de áreas rurais e 98.794 de áreas urbanas. Os estudantes considerados multidimensionalmente privados em áreas rurais foram 3.299 e em áreas urbanas 69.194 estudantes. Ou seja, 68,27% dos estudantes residentes de áreas rurais são multidimensionalmente privados e 70,04% de áreas urbanas.

Ainda que as médias de privação para estudantes das áreas rurais e urbanas sejam próximas, é oportuno lembrar que o contexto socioeconômico tende ser mais adverso aos estudantes rurais do que aos estudantes urbanos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2026) mostram que a proporção de pessoas ocupadas maiores de 14 anos que vivem abaixo da linha de pobreza internacional[1] é 3,5% no campo e 0,7% nas cidades (Brasil, 2026). Por sua vez, os dados do último trimestre de 2023 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua revelaram que a insegurança alimentar esteve presente em 21,8% dos domicílios rurais (e 17,7% dos lares urbanos) (Brasil, 2024). Quando avaliada a presença da insegurança grave, verificou-se que 5,5% dos domicílios rurais são acometidos pelo

[1] Linha de 3,00 dólares por dia, convertidos pela paridade do poder de compra (PPC-2021) do consumo final de R$2,44983620 por dólar (Brasil, 2026).

problema e 3,9% dos domicílios urbanos (Brasil, 2024).

Quadro 2: Índice multidimensional de privação ao bem-estar (IMB-E) de estudantes de áreas rurais e urbanas do Brasil

Unidades federativas	Rural				Urbano			
	Privados	H (%)	A (%)	IMB-E (%)	Privados	H (%)	A (%)	IMB-E (%)
Brasil	3.252	67,30	40,35	27,16	98.784	68,77	41,63	28,63
Acre	179	83,26	41,88	34,75	1.883	71,00	41,89	29,74
Alagoas	61	74,39	40,26	29,95	2.123	73,11	42,28	30,91
Amapá	306	73,03	40,65	29,69	2.376	71,63	42,34	30,33
Amazonas	447	85,63	43,53	37,27	1.557	67,58	41,74	28,20
Bahia	92	52,27	38,12	19,93	2.678	71,03	41,42	29,42
Ceará	140	61,95	40,43	25,04	2.542	73,43	42,45	31,17
Distrito Federal	25	73,53	39,68	29,18	1.393	63,78	41,65	26,56
Espírito Santo	82	52,56	39,37	20,69	3.319	67,08	41,24	27,66
Goiás	49	70,00	39,10	27,37	3.843	65,80	41,75	27,49
Maranhão	419	78,46	41,66	32,69	2.938	72,29	41,68	30,13
Mato Grosso do Sul	87	50,00	40,74	20,37	2.136	68,33	41,65	28,46
Mato Grosso	85	68,00	39,44	26,82	2.163	68,06	41,24	28,07
Minas Gerais	9	56,25	35,56	20,00	3.037	61,72	41,20	25,43
Pará	147	74,62	39,70	29,62	2.274	72,03	41,85	30,14
Paraíba	70	70,71	39,77	28,12	2.885	71,29	41,79	29,79
Paraná	38	63,33	39,58	25,07	3.811	67,15	41,41	27,81
Pernambuco	58	64,44	39,10	25,20	3.399	71,86	42,51	30,55
Piauí	96	70,07	38,33	26,86	2.443	68,26	41,01	27,99
Rio de Janeiro	54	75,00	40,15	30,11	3.018	73,54	42,13	30,98
Rio Grande do Norte	45	51,14	40,09	20,50	2.710	69,70	41,65	29,03
Rio Grande do Sul	52	70,27	39,31	27,62	2.236	68,57	41,08	28,16
Rondônia	224	44,53	38,52	17,15	2.201	64,04	40,68	26,05
Roraima	401	77,41	41,26	53,29	1.423	68,74	41,57	28,57
Santa Catarina	20	60,61	41,20	24,97	2.807	65,04	41,26	26,84
São Paulo	-	-	-	-	3.037	69,13	41,56	28,73
Sergipe	43	51,19	40,28	20,62	2.765	70,02	41,81	29,28
Tocantins	70	54,69	37,94	20,75	2.197	64,92	40,79	26,48

Fonte: Elaboração própria com base na PeNSE (2019).

De modo a desagregar os resultados do método Alkire-Foster por Unidade Federativa do Brasil, o Quadro 2 compõe os resultados da aplicação do Método Alkire-Foster com base na Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2019. A coluna denominada ‘Privados’ corresponde a quantidade de estudantes que apresentaram 30% ou mais de privação nos vinte e cinco indicadores considerados no índice multidimensional de privação ao bem-estar (IMB-E).

Uma observação pertinente ao número de estudantes[2] que compõem a base de microdados é referente a diferença na quantidade de alunos em situação rural e urbana. Nos níveis geográficos aplicados a PeNSE (Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Municípios das Capitais e Distrito Federal) há predominância da população escolar em ambiente urbano. Além do mais, cabe evidenciar que para o estado de São Paulo (código 35) nenhum estudante de área rural encontra-se na base de microdados original da PeNSE (2019), sendo observados apenas estudantes em situação censitária urbana e respostas 'vazias'; assim, inviabilizando a aplicação do método para esse estado em estudantes residentes de áreas rurais.

Para estudantes de áreas rurais, as maiores estimativas para o IMB-E foram registradas nos estados de Roraima (53,29%); Amazonas (37,27%) e Acre (34,75%), ambos estados localizados na Região Norte do Brasil. Os estados com menor IMB-E foram: Rondônia (17,15%); Bahia (19,93%) e Minas Gerais (20,00%). Para estudantes de áreas urbanas, as maiores estimativas do IMB-E foram registradas nos estados do Ceará (31,17%); Rio de Janeiro (30,98%) e Alagoas (30,91%). Por outro lado, os menores IMB-E foram verificados em: Minas Gerais (25,43%); Rondônia (26,05%) e Tocantins (26,48%).

Embora os resultados do IMB-E indiquem particularidades intra-região, há predominância de estados das regiões Norte e Nordeste com maior percentual de estudantes das áreas rurais em condição de privação (relativos a estados das demais regiões do país). Tais resultados convergem com os estudos do Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE), que mostram a geografia da extrema pobreza no Brasil. A análise desenvolvida com base nos microdados da PNAD Contínua de 2024, com a desagregação em estratos geográficos, revelou números mais expressivos de privações sociais nas populações das regiões Norte e Nordeste (FGV IBRE, 2025). Sendo assim, infere-se que as condições socioeconômicas das regiões repercutem de forma direta sobre o perfil dos escolares das localizações urbano-rurais.

Medeiros e Oliveira (2014) realizaram estudos sobre os fatores que impactam as desigualdades educacionais entre e intra-região do Brasil. Os autores concluíram que as desigualdades regionais (percebidas em termos de médias de anos de estudo da população brasileira de 14 a 17 anos) pode ser explicada pela composição social das populações de cada região, isto é, pela origem social dos estudantes. Em termos, características socioeconômicas desvantajosas tendem a contribuir para que a população apresente menores níveis educacionais. O estudo revelou que as regiões com maior desvantagem educacional são oriundas do Norte, enquanto as maiores vantagens comparativas são identificadas em estados da região Sudeste

[2] Após avaliação dos microdados da PeNSE (2019), totalizou-se 103.626 observações aptas para a manipulação do método Alkire-Foster.

(Medeiros; Oliveira, 2014). Tais resultados convergem com as estimativas do IMB-E, com a identificação de condições socioeconômicas e de saúde mais precárias de estudantes destas regiões.

Lopes, Xavier e Silva (2020), ao compararem o rendimento escolar entre alunos que residem na área rural e na área urbana de uma escola pública de um município piauiense, concluíram que os estudantes que residem em área rural possuem menor rendimento em comparação àqueles que moram nas cidades. Para os autores, as disparidades urbano-rural estariam relacionadas às características do aluno, das turmas e da própria escola. Tal resultado corrobora a tese de que as disparidades educacionais são consequentes multidimensionais, de cunho ambiental, econômico, entre outros. Sendo assim, tão importante que sejam avaliados indicadores plurais para a implementação de políticas públicas direcionadas a combater as desigualdades sociais no Brasil.

Outrossim, nos resultados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a PeNSE 2019, é possível avaliar o consumo alimentar da recorrência de alimentos ultraprocessados (AUP). Neste sentido, identificou-se que os AUP que obtiveram maior frequência de consumo entre escolares de 13 a 17 anos foram: biscoitos salgados e doces com 49,3% e 46,8%, respectivamente; pães (42,0%); e refrigerantes (40,8%) (IBGE, 2021). Na quinta edição da PeNSE em 2024, os resultados apresentados incluem os marcadores de alimentação saudável (MAS) nos percentuais sobre características alimentares dos escolares. A título de exemplificação, os quatro maiores índices de consumo dos alunos foram: arroz, macarrão e milho verde com 80,8%; carnes (bovina, suína, frango e peixe) com 74,9%; feijão e outros grãos (58,9%); e frutas, especificamente laranja, banana, maçã e abacaxi com 45,9% (IBGE, 2026).

Sobretudo, os AUP com maior consumo entre os escolares modificaram-se em relação ao inquérito anterior, sendo que na PeNSE (2024) as sobremesas industrializadas ficaram em primeiro lugar em maior consumo (43,9%) (IBGE, 2026), enquanto que no inquérito de 2019, as sobremesas industrializadas representavam sétimo lugar com 33,1% (IBGE, 2021). Outro AUP que obteve aumento de consumo foram os pães, que passaram de 42% em 2019, para 43,3% em 2024. Os respectivos, terceiro e quarto alimentos AUP mais consumidos foram: refrigerantes (42,8%) e biscoito salgado (42,1%) (IBGE, 2026).

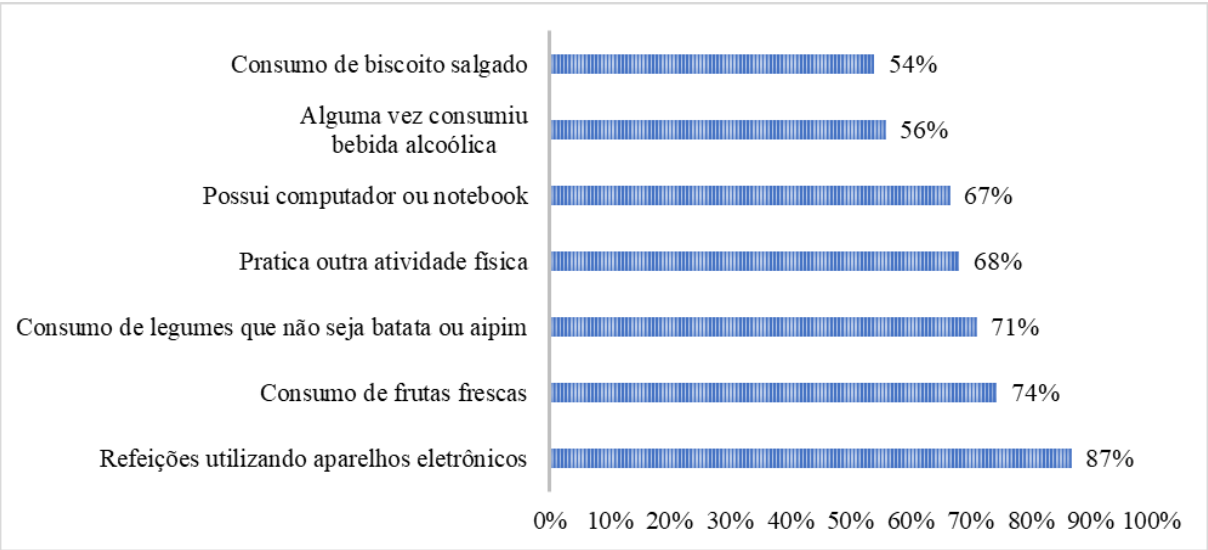
Em tempo, vale ressaltar que a tendência geral de crescimento da participação de alimentos ultraprocessados no consumo alimentar diário dos jovens brasileiros é um problema de saúde pública. Diversos estudos apontam que os AUP são responsáveis por doenças não transmissíveis, como a dislipidemia. De acordo com Beserra et al. (2020, p. 4980), esses

alimentos são “nutricionalmente desbalanceados, pois apresentam alto conteúdo de gorduras saturadas e trans, elevado índice glicêmico, enquanto que possuem baixo teor de fibras, minerais e vitaminas”.

No âmbito da análise socioeconômica, destacaram-se alguns indicadores de segurança para avaliação. A PeNSE 2019 evidencia os percentuais de não comparecimento às aulas por falta de segurança, de modo que no Brasil 12,5% dos estudantes de escolas públicas faltaram aulas por conta do contexto social (e 6,1% dos estudantes de escolas privadas). Em relação às escolas públicas, as regiões do país com maior insegurança foram Norte e Sudeste, ambas com 13,7%; nas escolas privadas, a região Norte com 7,2% apresentou maior índice (IBGE, 2021). Na PeNSE 2024, o percentual de falta de segurança no trajeto até a escola foi de 13,8% em escolas públicas e 5,4% em escolas privadas (IBGE, 2026). Ou seja, a insegurança aumentou conforme a percepção dos alunos de escolas públicas, e diminuiu entre alunos de escolas privadas.

As Figuras 1 e 2 evidenciam os indicadores com maior recorrência de privação dentre os escolares das áreas rurais e urbanas, respectivamente. Destaca-se que 87% dos escolares rurais realizam refeições utilizando aparelhos eletrônicos e mais de 70% não consomem frutas ou legumes com regularidade (menos de 4 dias por semana). Ainda, 68% não praticam atividade física (menos de 3 dias por semana), 67% não possuem computador/notebook e 54% consomem biscoito salgado regularmente. Dentre os jovens rurais, mais de 56% consumiu bebida alcoólica.

Figura 1. Indicadores com maior recorrência de privações dentre os escolares da área rural

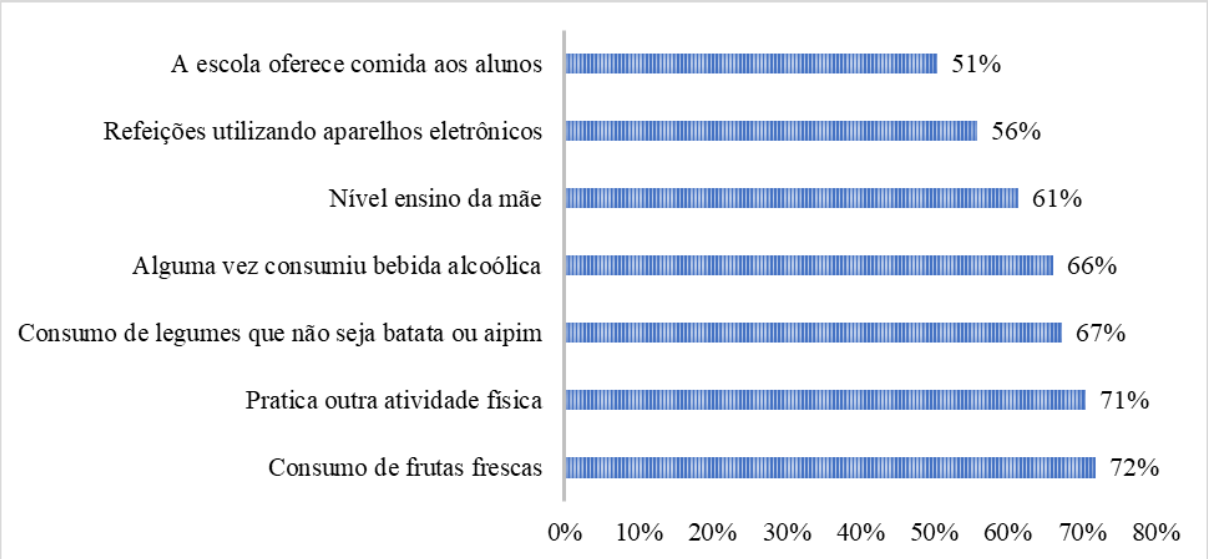


Fonte: Elaboração própria com base na PeNSE (2019).

Dentre os estudantes das áreas urbanas, as privações no tocante ao consumo regular de

frutas frescas e na prática de atividade física acometem mais de 70% da amostra. Também é recorrente o baixo consumo de legumes (que não sejam batata ou aipim). Mais de 60% da amostra de estudantes da área urbana consumiram bebida alcoólica e são oriundos de famílias cuja mãe concluiu somente a educação básica. Interessante perceber que 51% deste grupo amostral estuda em escolas que não oferecem comida aos alunos.

Figura 2. Indicadores com maior recorrência de privações dentre os escolares da área urbana



Fonte: Elaboração própria com base na PeNSE (2019).

No âmbito da saúde pública, cabe ressaltar dois resultados da operacionalização dos microdados da PeNSE (2019): o elevado percentual de jovens com acesso a álcool e o baixo consumo de frutas/legumes. Os dados dialogam com o III Levantamento Nacional Sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira, que revelou que 5,18% dos dependentes de álcool no Brasil eram adolescentes de 12 a 17 anos (Magalhães et al., 2024). Segundo Magalhães et al. (2024), o consumo precoce de bebidas alcoólicas tende a tornar os jovens mais suscetíveis a outras drogas, tais como a maconha, cocaína e inalantes. Além disso, contribuem para a ocorrência de doenças mentais - como a depressão e a ideação suicida -, bem como para a ocorrência de acidentes ou violências (Magalhães et al., 2024).

Por sua vez, o baixo consumo de frutas/legumes dentre os estudantes brasileiros pode estar associado a fatores comportamentais. De acordo com Domingues et al. (2023), os hábitos alimentares e o comportamento dos jovens relacionam-se ao consumo regular de alimentos saudáveis. Para os autores, os hábitos de não tomar café da manhã, realizar as refeições sem a companhia dos pais, alimentar-se em frente às telas ou durante o estudo guardar relação direta com um padrão alimentar inadequado. Por outro lado, jovens que realizam a prática de

atividade física apresentam melhores condições de saúde e um padrão alimentar mais saudável (Domingues et al., 2023).

A análise dos dados da PeNSE (2019) torna público importantes informações sobre as condições de vida dos escolares, de modo a viabilizar a implementação de ações integradas com vistas à promoção da saúde pública e ampliação do bem-estar das populações mais vulneráveis. Neste sentido, torna-se crucial que os diferentes segmentos sociais e entidades públicas/privadas possam integrar forças, de modo a contribuir para que os jovens brasileiros possam ter condições dignas de vida. A superação das mazelas brasileiras perpassa a coordenação intersetorial de programas de desenvolvimento, estejam focalizados no campo ou nas cidades.

5. Considerações finais

A avaliação de estatísticas sobre as condições de vida da população brasileira apontam para a existência de disparidades sociais, que se manifestam sob múltiplos prismas. As desigualdades educacionais e urbano-rural são duas das faces dos desafios que o país enfrenta para promoção do desenvolvimento humano. Em que pese que as condições socioeconômicas, alimentares e de saúde impactam o desempenho escolar de alunos das diferentes localidades, o presente estudo dedicou-se a avaliar o bem-estar e as privações sociais dos estudantes rurais vis-a-vis os estudantes urbanos.

Ao explorar os microdados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2019, com base no método Alkire-Foster, estimou-se um índice multidimensional de privação ao bem-estar (IMB-E). A avaliação das médias nacionais apontam que não existe diferença expressiva na proporção de escolares em situação de privação multidimensional nas áreas urbanas ou rurais. Contudo, escolas das áreas rurais da Região Norte do Brasil - especificamente nos estados de Roraima, Amazonas e Acre - apresentam maior incidência ajustada para a ausência de bem-estar aos escolares. Os estados que obtiveram menor incidência ajustada foram Rondônia (também na Região Norte), Bahia (na Região Nordeste) e Minas Gerais (na Região Sudeste).

Do mesmo modo, a fim de possibilitar uma comparação secundária, foi utilizado o método Alkire-Foster aos escolares em situação censitária urbana. Os resultados evidenciam maiores privações em bem-estar dos escolares urbanos nos estados do Ceará, Rio de Janeiro e Alagoas.

Uma das limitações enfrentadas pelo estudo foi a ausência de uma base de microdados mais atualizada, por isso se utilizou a base da PeNSE de 2019. Uma recomendação para

estudos futuros é utilizar a base de dados da PeNSE de 2024, que ainda não foi divulgada oficialmente (a contar de março de 2026). Também é pertinente que sejam realizadas análises com recorte temporal, de forma a captar as mudanças socioeconômicas, alimentares e de saúde dos escolares ao longo do tempo.

Agradecimentos

As autoras agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo auxílio financeiro para execução desta pesquisa, através da Chamada CNPq/MCTINº10/2023 – Faixa B – Grupos Consolidados (Processo n.407057/2023-4).

Referências

ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and Multidimensional Poverty Measurement. **Journal of Public Economics**, v. 95, 2011, 476-487. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0047272710001660 Acesso em: 24 mar. 2026.

ANDRADE, F. M. R.; RODRIGUES, M. P. M. Escolas do Campo e Infraestrutura: aspectos legais, precarização e fechamento. **Educação em Revista**, v. 36, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/s4jFSrDttW6fxPyHqysW3JF/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 7 abr. 2026.

BESERRA, J. B. et al. Crianças e adolescentes que consomem alimentos ultraprocessados possuem pior perfil lipídico? Uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], maio 2019. Disponível em: http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/criancas-e-adolescentes-que-consomem-alimentos-ultraprocessados-possuem-pior-perfil-lipidico-uma-revisao-sistematica/17216?id=17216. Acesso em: 7 abr. 2026.

BEZERRA, F. A. B. et al. **Efeito do Crédito Rural sobre a Pobreza Multidimensional no Brasil Rural.** 2023. Disponível em: https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/12110/3/2023%20-%20Fl%c3%a1via%20Alessandra%20Barbosa%20Bezerra.Pdf Acesso em: 7 abr. 2026.

BRASIL, Agência Brasil. **Moradores do campo ainda são mais afetados por insegurança alimentar**, 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/moradores-do-campo-ainda-sao-mais-afetados-por-inseguranca-alimentar. Acesso em: 7 abr. 2026.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, 2026. Disponível em: https://odsbrasil.gov.br/objetivo1/indicador111. Acesso em: 7 abr. 2026.

CANO, W. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil, 1930-1995**, 2ª ed. rev. aum. Campinas: Instituto de Economia, Unicamp, 1998.

CARMO, G. M. et al. A Influência da Vulnerabilidade Social na Saúde Mental de Adultos: uma revisão integrativa. **Revista Contemporânea**, v.4, n.11, 2024. Disponível em: https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/6700/4777 Acesso em: 21 jan. 2026.

CRUZ, I. S.; MOURA, F. R.; ESPERIDIÃO, F. Diferença do Desempenho Educacional entre Estudantes de Zonas Rurais e Urbanas no Brasil: uma análise quantílica incondicional. **Nova Economia**, v. 34, n. 3, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/neco/a/t8yQLjmwXyzTQFHMkWRqgHH/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 7 abr. 2026.

DOMINGUES, J. et al. Marcadores de alimentação saudável entre adolescentes da rede municipal de ensino de Pelotas, Rio Grande do Sul, 2019: estudo transversal. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 32, n. 2, :e2022964, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2019**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101852.pdf Acesso em: 05 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)**Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2019 – Microdados.** Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm?caminho=pense/2019/microdados/ Acesso em: 26 mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2019**. Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102266.pdf Acesso em: 05 abr. 2026.

Instituto Brasileiro de Economia - FGV IBRE. **Nordeste no epicentro**: a distribuição espacial da miséria no Brasil. Disponível em: https://blogdoibre.fgv.br/posts/nordeste-no-epicentro-distribuicao-espacial-da-miseria-no-brasil. Acesso em: 05 abr. 2026.

LOPES, S. G.; XAVIER, I. M. C.; SILVA, A. L. S. Rendimento escolar: um estudo comparativo entre alunos da área urbana e da área rural em uma escola pública do Piauí. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.**, Rio de Janeiro , v. 28, n. 109, p. 962-981, out. 2020 .

MAGALHÃES, L. S. et al. Fatores Associados ao Uso de Álcool em uma Amostra Representativa de Adolescentes do Brasil. **Cogitare Enfermagem**, [S. l.], v. 29, 2024. DOI: 10.1590/ce.v29i0.93922.

MARZULO, E.P. et al. Desigualdades Socioeconômicas no Brasil: dinâmicas territoriais no urbano e no rural. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v.10, 2020. Disponível em: https://periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/3191/1525 Acesso em: 7 abr. 2026.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Censo Escolar da Educação Básica 2023: resumo técnico, versão preliminar.** Brasília – DF, 2024. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf Acesso em: 7 abr. 2026.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar**. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/inqueritos-de-saude/pense Acesso em: 7 abr. 2026.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS). **Mensuração da Pobreza no Brasil: uma abordagem multidimensional.** Brasília, DF, p. 12-15, 2023. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/estudo_pesquisa/estudo_pesquisa_297.pdf Acesso em: 19 jan. 2026.

PEREIRA, C. N.; CASTRO, C. N. Educação: contraste entre o meio urbano e o meio rural no Brasil. **Boletim regional, urbano e ambiental**, n.21, 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstreams/d90c4227-fcf5-4d7c-b4c5-ca7df0b6baa4/download Acesso em: 7 abr. 2026.

VIEIRA, N. S. S. O Êxodo Rural no Brasil: transformações demográficas, desigualdades e desafios para o desenvolvimento sustentável (1970-2024). **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 14, n. 7, 2025. Disponível em: https://journalppc.com/RPPC/article/view/2410/1497 Acesso em: 7 abr. 2026.